

Testemunhos dos inícios da Idade Moderna na vila de Alcochete

Miguel Correia*

Resumo

O Núcleo Antigo da Vila de Alcochete reúne um conjunto de elementos que testemunham vivências dos séculos XV / XVI. Com base em documentação arqueológica, arquitetónica e escrita, propomos aqui uma recriação da vila, num dos seus períodos áureos.

Résumé

Le Centre Ancien du Village de Alcochete réuni un ensemble d'éléments qui sont un témoignage de la façon de vivre aux XV^{ème} et XVI^{ème} Siècles. Nous nous proposons de recréer le village, lors de l'une de ses magnifiques périodes, en ayant comme base la documentation archéologique, architectonique et écrite.

Introdução

A historiografia da vila de Alcochete aponta as origens do povoado para o período muçulmano, sendo uma tese apoiada no indício sugerido pelo topónimo. Para seu próprio reforço argumenta que a Igreja Matriz assenta sobre as fundações de uma antiga mesquita, embora tal facto nunca tenha sido comprovado (Pereira *et al.*, 1904: 170; Câncio, 1939: 89; Estevam, 1948: 72; Nunes, 1972: 275; Duarte, 1993: 25; Graça, 1998: 14).

Em nosso entender, e enquanto não surgirem provas materiais que justifiquem o contrário, a vila de Alcochete terá surgido já sob o domínio cristão do território, visto nunca se terem encontrado vestígios arqueológicos anteriores ao século XV (Correia, 2003: 195; 2004; 2010: 185; Correia & Nunes, 2005). Alcochete dependia administrativamente de



Fig. 1 - Território do antigo concelho do Ribatejo.

* Arqueólogo do Museu Municipal de Alcochete.

uma das sedes do concelho do Ribatejo. Este velho concelho, cujo território se estendia entre a ribeira de Coina a Poente e a ribeira das Enguias a Nascente, com dupla administração em Alhos Vedros e Santa Maria de Sabonha (atual São Francisco, Alcochete), é resultado de uma política de consolidação de um território pouco povoado, num momento após a reconquista cristã (Fig. 1). A edificação da Igreja de Santa Maria de Sabonha, ordenada em 1252, serviria certamente uma população rural, bastante dispersa. Caso Alcochete constituísse já neste momento um aglomerado urbano relevante, certamente reuniria melhores condições para assumir o papel de sede concelhia, em detrimento de Sabonha.

Segundo José Manuel Vargas, depois de analisada a toponímia da região documentada nos séculos XIII e XIV, são muito raros os topónimos que podem indiciar um povoamento mais antigo, com origens árabes ou moçárabes. A maioria deles são já de origem cristã, surgindo geralmente a menção “onde chamam...”, supondo um povoamento recente (Vargas, 2005A: 17).

Sendo “Alcochete” indiscutivelmente um topónimo de origem árabe, cuja etimologia *al-kusat* significa “os fornos”, a sua existência estará provavelmente relacionada com a tradição oleira que se desenvolveu na região durante o período Romano. Esta importante actividade económica desenvolveu-se ao longo de mais de 400 anos (entre os séculos I e V d. C.), e está testemunhada em cerca de vinte sítios arqueológicos, situados sobretudo ao longo da margem direita da ribeira das Enguias. Porto dos Cacos, o principal destes centros de produção e o único intervencionado arqueologicamente, revelou também uma ténue ocupação do espaço já após o abandono dos fornos, estendendo-se até ao século VIII. Talvez ainda aqui existisse uma pequena comunidade indígena, já sob dependência do novo poder muçulmano sediado em Palmela, justificando-se assim a perpetuação, em topónimo, do principal elemento caracterizador da região.

Sendo assim, “os fornos”, que foram identificadores deste território pouco povoado até à primeira

dinastia dos reinados cristãos, passaram, a partir deste período, a designar um espaço físico mais restrito, ou seja, a atual vila de Alcochete, sem dúvida um dos mais antigos aglomerados urbanos da região. O restante espaço rural começava a ser explorado e inevitavelmente identificado com nova toponímia (Correia, 2010: 185/6).

Mesmo sob influência da administração de Sabonha, Alcochete foi adquirindo autonomia, fruto do desenvolvimento de que vinha gozando. Enquanto nos meios rurais se praticava uma economia essencialmente agrícola (assente sobretudo na viticultura), nos meios urbanos de Alcochete e Aldeia Galega (atual Montijo) já se assumiam outras formas de subsistência, desenvolvendo-se a salicultura e o transporte fluvial, destinado ao abastecimento da capital (Dias, 2004: 96). Este crescente desenvolvimento proporcionava autonomia, sob o apadrinhamento do Infante D. João, mestre da Ordem de Santiago, desde 1419. É a partir desta altura que a documentação passa a designar Alcochete com categoria de vila. A própria noção de concelho começa a ficar explícita já em documentação régia de 1413 (Vargas, 2005A: 46).

O referido Infante “terá mandado construir uma residência em Alcochete que, mais tarde (cerca de 1450), o seu sobrinho, Infante D. Fernando, transformou no Paço, várias vezes referido na documentação, onde viria a nascer D. Manuel I, em 1469” (Vargas, 2005A: 47).

Esta crescente autonomia viria a ser formalmente reconhecida em 1515, no reinado de D. Manuel I, com a outorgação conjunta de foral a Alcochete e Aldeia Galega.

Espaço Urbano

A referência documental mais antiga a Alcochete data de 1308¹. Contudo, as evidências arquitetónicas e arqueológicas remontam apenas ao século XV. Ao analisarmos a planta do Núcleo Antigo da vila de Alcochete, deparamos com um tecido urbano de traçado radiocêntrico, com as ruas do Talho,

1 - Torre do Tombo, Santos-o-Novo, n°1444.

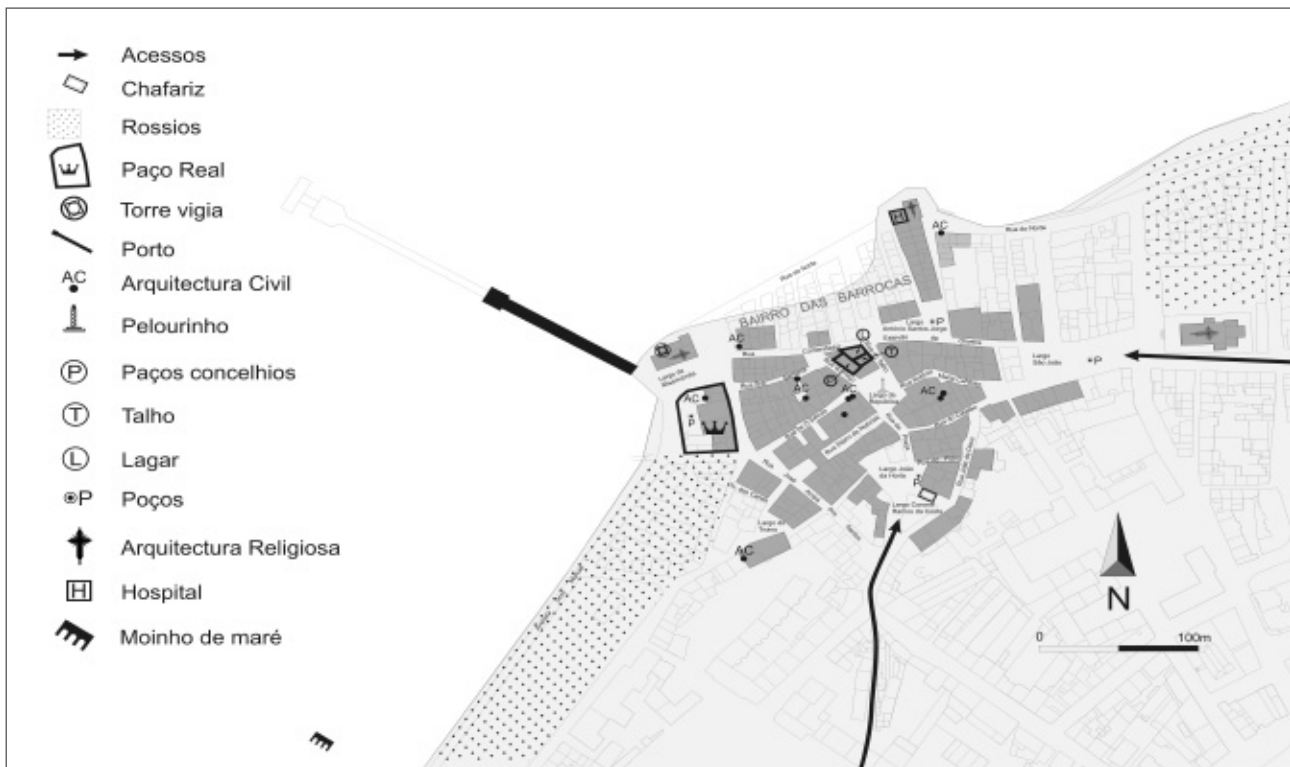


Fig. 2 - Proposta de reconstituição da planta de Alcochete nos séculos XV/XVI.

do Paço, de O Século, Diário de Notícias, da Praça e António Maria Cardoso a confluírem para o Largo da República, antigo Largo da Praça. Este traçado, algo irregular, é delimitado do lado norte pela Rua Comendador Estêvão de Oliveira, antiga Rua Direita, a qual parte do Largo da Misericórdia até se unir com o acesso à vila proveniente de Nascente, junto à Igreja Matriz.

Para além deste acesso há um outro, proveniente de Sul, da antiga Aldeia Galega, que passava junto da capela de São Sebastião, no Valbom, ainda fora do casco urbanizado. Entrava na vila, na confluência das actuais Rua José André dos Santos com a Rua João de Deus. Este seria o principal acesso a Alcochete. A capela de São Sebastião assumia uma posição de sentinela, tal como se verifica à porta de muitas outras povoações, crendo-se que o respectivo santo mártir protegeria a vila de eventuais pestes trazidas pelos forasteiros. A quem por aqui chegasse podia igualmente refrescar-se no chafariz,

situado já dentro da vila. Consta-se que se trata de um traçado urbanístico fiel ao seu original, criado na Baixa Idade Média. O recente acompanhamento da instalação da rede de gás natural no Núcleo Antigo da vila, permitiu constatar igualmente este facto. Para além de pontuais situações de alargamento registado em algumas ruas, nomeadamente da Rua Comendador Estêvão de Oliveira, os traçados não terão sofrido alterações, à exceção de uma aparente situação de beco, verificada na atual Rua Diário de Notícias (não tendo sido possível averiguar se a construção já estaria a obstruir a via nos inícios da Idade Moderna), e de uma habitação na atual confluência da Rua João de Deus com a Rua do Catalão, com uma lixeira nas proximidades, datada dos séculos XV / XVI (Correia & Nunes, 2005).

A vila tinha dois rossios. Com base num tombo de propriedades e heranças do concelho da freguesia de Santa Maria de Sabonha, de Janeiro de 1498², havia “um que partia das «casas que foram

2 - T.T., Ordem de Santiago, Convento de Palmela, Livro 103, ffs. 205-240 v (transcrito em Vargas, 2005A: doc. 7).



Fig. 3 - Antigo Solar dos Netos com pormenor de capitel do séc. XVI.

do Infante D. Fernando até às Fontainhas», onde lavavam as mulheres [correspondendo ao atual Rossio], e outro da «igreja de S. João até a cabeça da Vila», correspondendo, *grosso modo*, ao atual largo São João.

Esta importante informação dá-nos uma pista sobre o local onde se situaria o antigo Paço Real, ca-

recendo contudo de confirmação: do lado das Fontainhas, não existem dúvidas de se tratar do atual limite Sudoeste, junto da Quinta da Paria das Fontes, um edifício do século XVIII; do lado oposto, e se tivermos em consideração o urbanismo recente do quarteirão entre o atual rossio e o antigo Solar dos Netos, intuído por análise do tipo de emparcelamento e por observação das arquiteturas mais antigas que o constituem (na sua maioria armazéns dos séculos XIX / XX), todo este quarteirão faria anteriormente parte do rossio. Assim, as casas que foram do Infante D. Fernando, ou seja, o Paço que viu nascer D. Manuel I, corresponderá ao conhecido Solar dos Netos, recentemente denominado Paço São João. Esta hipótese é igualmente corroborada pela imponência do edifício, quer ao nível da sua implantação no conjunto urbano, em perfeita relação com o rio, virado para a capital, quer ao nível da arquitetura (Fig. 3).

Recentes trabalhos arqueológicos permitiram verificar que o mesmo assenta sobre boas fundações do século XV e que durante o século XVI foi

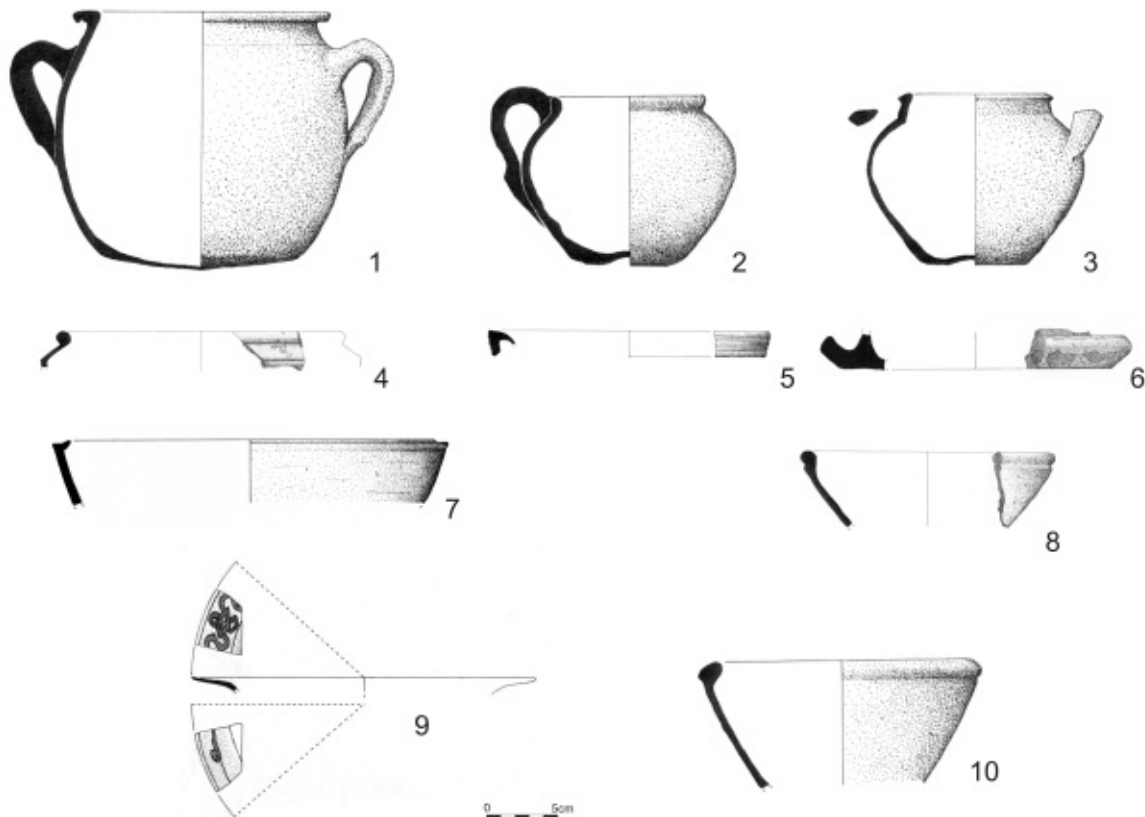


Fig. 4 - Materiais arqueológicos do Solar dos Netos, provenientes de contextos dos sécs. XV/XVI, (painéis – 1, 2 e 3; terrina – 4; pratos – 5 e 9 [sendo a última em porcelana chinesa]; base de forma indeterminada – 6; tacho – 7; tigelas- 8 e 10).

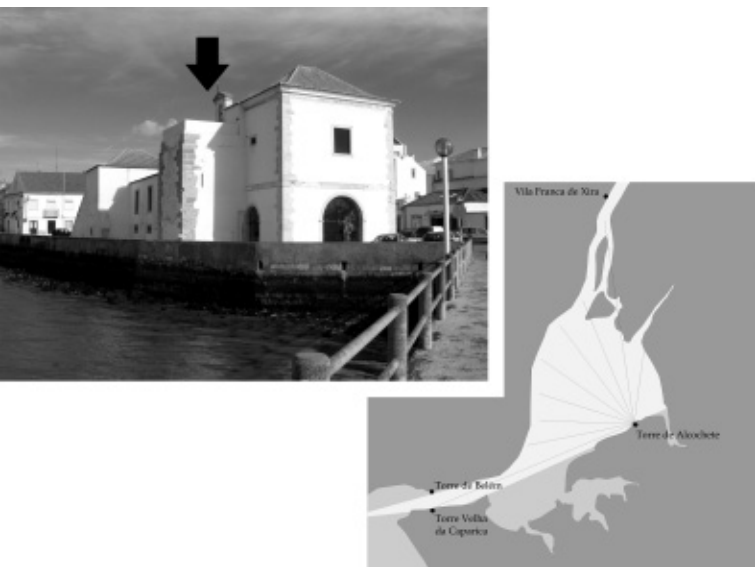


Fig. 5 - Localização da torre, integrada no conjunto da igreja da Misericórdia. Enquadramento regional.

construído um espaço ajardinado, do qual persiste ainda uma área porticada, um fontanário de planta hexagonal e um poço (Fig. 4). Não se conhece nenhum outro edifício civil de Alcochete que exhiba arquiteturas associadas ao lazer, datáveis do período em causa (Correia, 2004). A igreja da Misericórdia, edifício da segunda metade do século XVI, situado

nas imediações do Solar dos Netos, consta ter sido a antiga capela do Paço. Tais argumentos não são de todo conclusivos. Contudo, o Solar dos Netos é o imóvel que reúne melhores créditos para o considerarmos como tendo sido o antigo Paço Real de Alcochete.

Esta zona da vila preserva ainda outros elementos relevantes da época. Integrada na referida igreja da Misericórdia, existe uma torre cujas características militares nos levaram a duvidar da sua contemporaneidade em relação ao restante conjunto religioso. Recentes trabalhos arqueológicos confirmaram a sua antiguidade, edificada em finais do século XV (Fig. 6), tratando-se de uma estrutura provavelmente construída com o propósito de controlar o tráfego fluvial, avisando para montante situações de ataques súbitos que se fizessem sentir na passagem da barra do Tejo. A torre de Alcochete emana de uma política régia de defesa da costa, estando integrada numa rede de intervisibilidade de pontos estratégicos, rede essa premeditadamente criada para a defesa da entrada do Tejo. Esta sua funcionalidade resulta de uma interpretação do seu enquadramento no território regional, carecendo contudo de ser fundamentada com fontes escritas (Correia, 2010) (Fig. 5).

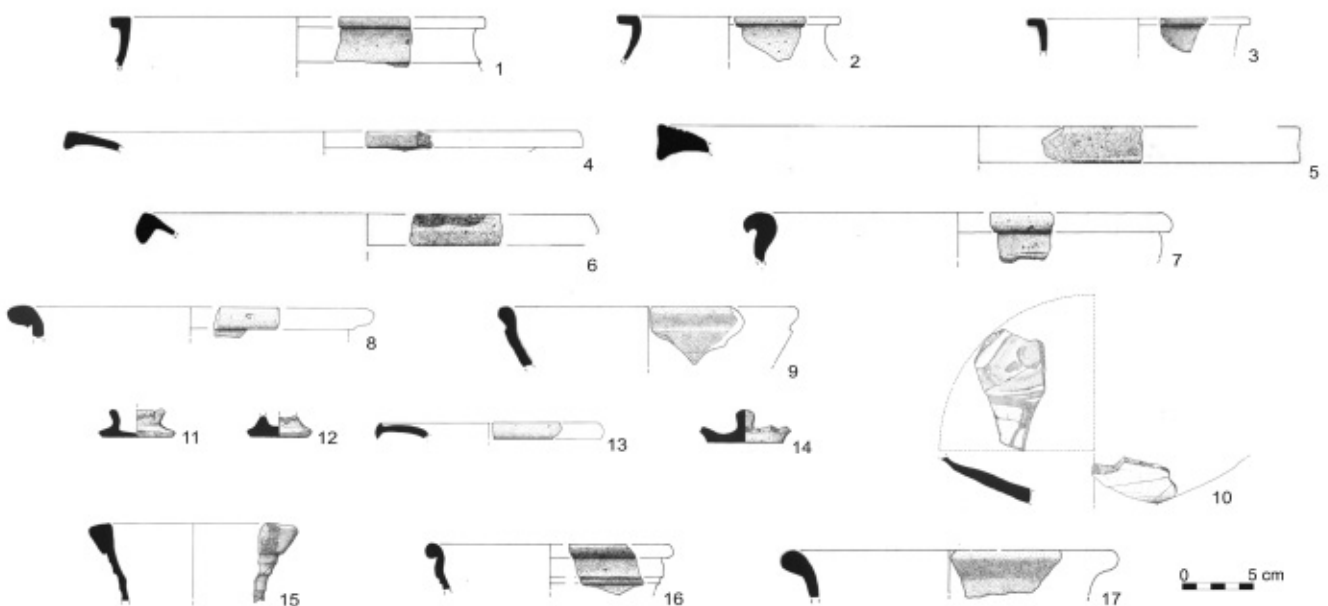


Fig. 6 - Materiais arqueológicos da Torre de Alcochete, provenientes de contextos dos séculos XV / XVI, (painéis – 1, 2 e 3; pratos – 4, 5, 6 e 10 [sendo o último uma produção de Sevilha (?), do séc. XIV (?) em verde e manganês]; caçoilha – 7; tigelas – 8, 9, 16 e 17; bases de púcaros reaproveitados como castiçais (?) – 11 e 12; testos – 13, 14; bilha – 15).

Junto desta torre encosta a ponte-cais, estrutura vital para a economia da vila. Contudo, segundo José Estevam, o cataclismo de 1755 destruiu a antiga ponte-cais, o que implicou a construção de uma nova estrutura, nova localização, ou seja, a mesma onde a atual se encontra. Quanto ao posicionamento da mais antiga, é possível que a mesma se situasse nas proximidades da antiga capela do Espírito Santo (hoje Senhora da Vida), atendendo ao facto de em 1 de Setembro de 1599 ter sido lançada a primeira pedra onde “se fundou o caes do espirito santo”³.

Ainda na mesma zona da vila, no interior do nº 7 do Largo da Misericórdia, encontra-se uma porta de características manuelinas, talhada em pedra lioz. Apresenta uma decoração simples, de carácter geometrizzante, aplicada em relevo sobre o lintel rectangular. As ombreiras são chanfradas, rematadas em ressalto junto da base. Apesar da simplicidade decorativa, trata-se da porta que requereu um maior trabalho de cantaria, comparado com o restante conjunto representado na vila.

Temos ainda duas portas de caixilho rectangular nos nºs 26 e 30, na Rua de O Século, chanfradas em toda a moldura, rematadas em cunha junto da base das ombreiras; uma porta de vão largo, lintel abobadado, com cantarias chanfradas, ombreiras rematadas por ressalto no antigo Solar do Largo do Troino e, por último, uma ombreira central de portas geminadas, possivelmente já fora do seu contexto original, situada na Rua do Norte, junto da igreja da Senhora da Vida. As portas com remates em cunha são aparentemente mais antigas e menos vulgarizadas do que as que apresentam ressalto, pelo menos para a realidade do barvalento algarvio (Ramos, 1996: 126). Na Rua de Santana existe um grande portão, de arquitectura do século XVI, através do qual se acede a um velho pátio, onde permanece uma janela de arco quebrado, chanfrado (Nunes, 1972: 204/5).

A arquitectura civil faz-se ainda representar por dois conjuntos distintos de arcadas de volta quebrada e de arestas chanfradas. No primeiro caso, no interior do nº 20 da Rua de O Século, existem dois arcos alinhados sobre a mesma recta. O segundo caso, no nº 14



Fig. 7 - Um dos arcos e porta no nº 14 da Rua António Maria Cardoso.

da Rua António Maria Cardoso, os arcos encontram-se perpendiculares entre si, assumindo diferentes alturas. O maior deles integra uma porta de arco quebrado, de ombreiras chanfradas, nitidamente aqui colocada no momento em que se pretendeu preencher com pano de parede todo o interior do mesmo (Fig. 7). Estes elementos foram descobertos aquando dos trabalhos de picagem de parede, para aqui ser criado um restaurante. Por força do sucedido, houve uma readaptação do projecto, estando as estruturas perfeitamente integradas nesse mesmo espaço.



Fig. 8 - Pormenor do fuste do pelourinho.

3 - ADS, FCMA, Livro do Tombo da Misericórdia de Setúbal, cx.390, nº 15, fols. 95-95v.

No antigo Largo da Praça estaria o pelourinho, peça de arquitectura manuelina, oitavado em espiral, decorado com as insígnias da Ordem de Santiago. Será contemporâneo da outorga de foral (1515), tendo sido demolido na segunda metade do séc. XIX. Sobreviveu um segmento do seu fuste, hoje exposto no Núcleo Sede do Museu Municipal de Alcochete (Fig. 8).

Retomando o referido tombo das propriedades de 1498, o Paço do Concelho, também conhecido por Estalagem, compunha-se de três divisões: a casa onde se vendiam as mercadorias, a estrebaria e o palheiro. A levante confinava com o talho, virado para a atual rua com a mesma designação, a poente para a rua, ainda conhecida por Rua do Paço, e a sul ficaria o Alpendre do Concelho, este virado para a praça. A norte do talho ficava o Lagar de Fernão Meira⁴ (Beirante, 2004: 75; Estevam, 1956: 36/7). Este paço terá sido sede administrativa do concelho até inícios do século XX, momento em que os serviços de administração se transferem para o atual edifício, antigo Solar dos Pereiras. A edificação deste solar terá ocorrido em finais do século XVI (Nunes, 1972: 107).

De entre o rol de residências pertencentes à Estalagem, destaca-se uma, curiosamente chamada “mesquita”⁵, cuja localização não é esclarecedora. Talvez se tratasse eventualmente de um espaço onde uma pequena comunidade islâmica prestava culto. Contudo, há certezas de Alcochete ter albergado uma pequena comunidade judaica, residente junto da praça. Em reunião de 24 de Agosto de 1421, a vereação tomou conhecimento de que a população de Alcochete tinha pedido para que os judeus da vila não rezassem no meio da praça, visto que faziam-no tão alto, que “enojavam” a restante população⁶.

Havia três poços públicos dentro da vila: o Poço Salgado, de localização incerta, embora Beirante o situe junto da Rua Direita (atual Rua Comendador Estêvão de Oliveira), o Poço de São João,

situado diante da igreja Matriz, no largo com o mesmo nome, (tendo sobrevivido até inícios do século XX e recuperado em 2009) e o Poço da Horta, o qual dispunha de nora para abastecer o já referido chafariz. Esse mesmo poço, junto do qual se situava também o curral do concelho, onde se guardava o gado fugido causador de estragos nas culturas, abastecia ainda a Horta do Concelho (Beirante, 2004: 75,76).

Ao nível do património religioso temos como construção mais antiga e de maior monumentalidade, a igreja Matriz, situada “fora da vila, ao poente”⁷, junto de um dos rossios. Concluída em vida do infante D. Fernando, a também designada igreja de São João Baptista, respeita um programa arquitectónico tardo-gótico, seguido já desde os séculos XIII / / XIV (Fernandes, 2003: 15), contrariando as teses que defendiam uma influência arquitectónica manuelina, forçosamente associada como sendo uma obra do monarca natural da vila (Fig. 9).

A referida capela de São Sebastião, já descrita nas visitas de 1512, apresenta dimensões muito singelas e uma fisionomia atualmente bastante deturpada da original. Dentro da malha urbana



Fig. 9 - Igreja Matriz de Alcochete.

4 - T.T., Ordem de Santiago, Convento de Palmela, Livro 103, fls. 205-240v.

5 - T.T., Ordem de Santiago, Convento de Palmela, Livro 103, fls. 205-240v.

6 - Livro de vereações de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422), FL. 29 (Transcrito em Vargas, 2005B: 164).

7 - Visitaçao à igreja de S. João Baptista (1553), T.T., Conventos diversos, Ordem de Santiago, Livro 196, Fl. 56 v.



Fig. 10 - Pormenor da vila de Alcochete em cartografia de 1805.

temos a referida igreja da Misericórdia, imóvel de linhas maneiristas, provavelmente edificado sobre anteriores construções, durante a segunda metade do século XVI. Por último, refira-se a igreja de Nossa Senhora da Vida, construída sob encomenda privada no último quartel do século XVI. Este templo suplantou a antiga capela do Hospital do Espírito Santo, descrita nas visitas de 1512. O respectivo hospital, resultante de uma adaptação feita de uma velha albergaria feita por ordem de D. Manuel I (Beirante, 2004: 75), ficava-lhe contíguo, assumindo as mesmas funções até ao século XIX.

O bairro das Barrocas, situado entre a igreja da Misericórdia e a igreja de Nossa Senhora da



Fig. 11 - Forno do Alto do Castelo, Alcochete.

Vida, resulta de um projecto de reconversão urbanística profundo, feito num tecido já consolidado, o qual implicou o aterro da pequena baía, limitada pelos dois templos. Construído na primeira metade do século XIX, este bairro é caracterizado por uma planta regular, respeitando uma filosofia de urbanismo hipodâmico, com uma arquitectura muito homogénea do casario e de grande simplicidade. Cartografia de inícios do século XIX mostra ainda o espaço da baía, tal como seria nos séculos XV / XVI (PGU, 1982) (Fig. 10).

Neste período, toda a orla marítima urbanizada estaria desprotegida. A designada muralha ainda não existia em 1614. Com os trabalhos arqueológicos decorridos no exterior da Torre de Alcochete, edificada em finais do século XV, constatou-se que a construção da muralha rompeu parte de uma plataforma que avançava para o rio (Correia, 2010). Em 1769 confirma-se já a existência da muralha: a “Misericórdia solicitou de sua Majestade providências para a reparar”. Mas são de facto inúmeros os relatos de problemas de aluimento de terras e mesmo de constantes necessidades de reparo da muralha ao longo dos tempos (Estevam, 1950: 30/31).

Ao nível da arquitectura industrial, resta-nos apontar duas curiosas estruturas. Primeiramente, um forno de produção de cerâmica, localizado recentemente no Alto do Castelo, no Valbom, nas traseiras da capela de São Sebastião. Esta estrutura, de longevidade curta, terá sido abandonada no decurso do século XVI. Curiosamente, as tijoleira que compõem a sua entrada apresentam-se chanfradas, adoptando a moda de então, espelhada nas portas das habitações (Correia, 2007: 67-73) (Fig. 11). Em segundo lugar, a existência da base de um moinho de maré, de três rodízios, coincidente com a localização de um moinho descrito em 1614 “junto ao porto dos barcos, que partia com o rossio da vila” (Estevam, 1950: 59; Dias, 2009: 32).

Recentes trabalhos arqueológicos constataram que o moinho esteve inicialmente preparado para quatro mós, tendo uma delas sido inutilizada ainda durante o restante período de funcionamento. A aparente pouca longevidade deste moinho deve-se ao facto de se tratar de uma construção com graves problemas de manutenção, derivado da sua má lo-

calização, estando demasiado exposto às influências da forte ondulação norte do Tejo (Correia, 2013).

Conclusão

Durante a Baixa Idade Média, a povoação de Alcochete seria constituída por um pequeno núcleo populacional, o qual viveria sobretudo da viticultura, da salicultura e de algum transporte, nomeadamente no fornecimento de produtos para a capital. Com o início do período dos Descobrimentos, a povoação ganha um novo fôlego, patente na arquitectura, na documentação escrita e em alguma informação arqueológica. Este desenvolvimento foi simultâneo em muitos outros núcleos populacionais situados ao longo da Banda d'Além, em parte resultante dos benefícios que o reino começava a gozar com a política expansionista, alguns deles com responsabilidades directas no fornecimento de determinadas logísticas para este empreendimento.

A eleição de Alcochete como local de repouso por parte da dinastia de Avis trouxe-lhe também alguns benefícios. Algumas dessas presenças encontram-se bem documentadas, com curiosos testemunhos. Segundo Rui de Pina, nos momentos que antecederam a morte de D. João I, estando este “tocado de doença”, foi-lhe aconselhado a que “se curasse no logar d'Alcouchete em Ribatejo, que sobre outros ouveram por logar fresco e de singular desposição para sua saúde”⁸. Também Garcia de Resende relata esta passagem na *Crónica de D. João II*: “Estando El Rey em Alcouchete, hindo hum dia de casa a pe com a Raynha e damas e senhores e muytos fidalgos a ver correr touros no terreiro junto da Igreja, acerou que metendo hum touro na cancela fogio do corro, e veyo por a rua principal por onde el Rey hia e diante vinha muyta gente fogindo com grande grita. Foy o receio nos que hiam diante del Rey, que todos fogiram, e se

meteram por casas e trauessas. E el Rey se tomou a Raynha pola mão, e pozse diante della com a capa no braço, e a espada apunhada com muyto grande segurança esperou assi o touro, que quis Deus que passou sem entender nelle. De que muytos fidalgos, e outros homens ficarão muy envergonhados e elle com muita honra...”⁹.

A vila beneficiou sem dúvida da regular presença da família real e sobretudo da sua proximidade e do estatuto de vila satélite da capital. Assistimos a uma franca evolução na passagem para a Idade Moderna, com uma população de 700 habitantes, em 1512, aumentando para 786, já em 1527 (Beirante, 2004: 77; Dias, 2004: 85-92). Apesar deste desenvolvimento, o casco urbano de Alcochete nunca extravasou os limites de uma vila de dimensões modestas. E esse desenvolvimento terá a determinada altura desacelerado, ou mesmo estagnado, isto se compararmos a proposta para os séculos XV/XVI com a representação feita em cartografia de inícios do século XIX.

Segundo uma análise feita por Beirante a dezasseis habitações da vila, concluiu-se que todas elas eram térreas, à exceção de uma. Os próprios Paços dos Concelhos eram edificios de rés-do-chão. Apresentavam uma configuração bastante simples, com uma simples divisão, registando-se, para o caso mais complexo, um quarto, cozinha e casa do forno. As respectivas áreas oscilavam entre os 17 e os 50 m² (Beirante, 2004: 76-77).

Por último, Alcochete seria uma vila bem caiada. Atendendo à comparação feitas por Álvaro Velho, companheiro de Vasco da Gama na sua primeira viagem à Índia, conseguimos imaginar bem o casario branco, alteado sobre as Barrocas, visto de quem chega pelo Rio: “Esta vila de Melinde está em uma angra e está assentada ao longo de uma praia, a qual se quer parecer com Alcochete e as casas são altas e mui bem caiadas” (Beirante, 2004: 77).

8 - Cit. por H. Baquero Moreno, *Os Itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*, Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, 1988, p. 219

9 - Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, cap. LXXVII.

Bibliografia

- BEIRANTE, M. A. (2004) – *Alcochete, vila-berço de D. Manuel. Administração, economia e forma urbana (séculos XV/XVI), separata de actas do III Congresso de Guimarães “D. Manuel e a sua época”, 24/27 de Outubro de 2001, 3. Câmara Municipal de Guimarães.*
- CÂNCIO, F. (1939) – *Ribatejo histórico e monumental*, S. 1, 2. Junta da Província do Ribatejo.
- CORREIA, M. (2003) – *Actividade Arqueológica em Alcochete. Al-madam*, S. 2, 12. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- CORREIA, M. (2004) – *Intervenção arqueológica no Solar dos Netos – Alcochete*. Relatório interno do Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcochete.
- CORREIA, M. (2007) – *Um forno do período Moderno, em Alcochete. Musa*, 2. MAEDS, p. 67-73.
- CORREIA, M. (2010) – *Uma torre de vigia sobre o Tejo, em Alcochete*. *Arqueologia Medieval* 11, CAM, p. 185-193.
- CORREIA, M. (2013) – *Moinho de maré de Alcochete*, Relatório de intervenção arqueológica, Relatório interno do Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcochete.
- CORREIA, M.; NUNES, J. J. (2005) – *Rede de Gás Natural – Núcleo Antigo de Alcochete*. Relatório Arqueológico, Relatório interno do Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcochete.
- DIAS, M. B. (2005) – *Monografia do Concelho de Alcochete (séculos XII – XVI)*, 1, Administração. Montijo: ed. do autor.
- DUARTE, A. (1993) – *Igrejas e Capelas da Costa Azul*. Setúbal: Região de Turismo da Costa Azul.
- ESTEVAM, J. (1948) – *A Restauração da Igreja Matriz de Alcochete*. Lisboa: Couto Martins.
- ESTEVAM, J. (1956) – *Anais de Alcochete – dados históricos desde século XIII*. Lisboa: Couto Martins.
- ESTEVAM, J. (s/d) – *Efemérides Alcochetanas*, cópia de manuscrito original, Documento interno do Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcochete.
- GRAÇA, L. (1998) – *Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho de Alcochete*. Lisboa: Elo.
- NUNES, L. S. (1972) - *Vila de Alcochete e seu Concelho* Lisboa: Silvas – CTG.
- PEREIRA, E.; RODRIGUES, G., (1904) – *Portugal: dicionário histórico, chorographico, heráldico*, 1, Lisboa: ed. João Romano Torres.
- S/autor (1982) – *PGU (Plano Geral de Urbanização), Câmara Municipal de Alcochete*. Relatório interno do Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcochete.
- RAMOS, M. F. C. (1996) – *Decoração arquitectónica manuelina na região de Silves (séculos XV-XVI)*. *Xelb*, 3, Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves, p. 79-142.
- VARGAS, J. M. (2005a) – *Sabonha e S. Francisco*. Alcochete: C.M. Alcochete.
- VARGAS, J. M. (2005b) – *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*. Alcochete: C.M. Alcochete.

